

Instrução pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852)

Walquíria Miranda Rosa

Mestre em Educação pela UFMG. Professora de História da Educação nas Universidades UEMG, UNICENTRO e UNIPAC.
e-mails: wmrosa@bol.com.br / wmrosa@ig.com.br

Resumo

Este trabalho teve por objetivo compreender as representações produzidas sobre a profissão docente e as capacidades específicas do professor, na primeira metade do século XIX, momento em que se buscava organizar a instrução pública primária mineira. O período analisado foi de intensos debates sobre a organização do sistema de ensino primário. Foi marcado pela produção de discursos por meio dos quais foi veiculada a necessidade de organização da instrução pública e da formação dos professores, bem como a criação de uma Escola Normal na qual estes pudessem ser formados.

Palavras-chaves

Profissão docente; instrução pública; formação de professores.

Abstract

The aim of this study was to understand the roles of the teaching profession and the specific abilities of teachers, in the first half of the nineteenth century, a moment when government elementary schooling in the state of Minas Gerais, Brazil, was being organized. In the period analyzed intense arguments on the organization of the elementary school system took place. Concepts were produced on the need to organize government schooling and teacher training, as well as the founding of a Normal School (Teacher Training School) where the teachers would be trained.

Key words

Teaching profession; government schooling; teacher training.

A partir da década de 1830, há toda uma preocupação por parte dos governantes da Província de Minas Gerais no sentido de organizar a instrução pública. O argumento desses governantes era o de que os professores, até então responsáveis pela instrução da população, passaram a ser considerados incapazes para atuar no magistério público primário.

É com a criação da Lei n. 13, de 28 de março de 1835 - primeira lei mineira a propor uma organização para a instrução pública - que se intensifica a preocupação com a formação dos professores. Essa iniciativa se deu após determinação do Ato Adicional de 1834 que atribuiu às províncias a responsabilidade pelos ensinos primário e secundário, ficando o ensino superior a cargo do Império. A partir de então, são criadas as Assembléias Provinciais Legislativas que passam a legislar sobre a instrução pública. O governo da Província mineira toma para si a organização da instrução e, com base nesta legislação, estabelece escolas de primeiras letras, definindo o que nelas devia ser ensinado, e as capacidades necessárias ao professor para que pudesse exercer sua função.

As décadas de 1830 e 1840 foram se mostrando momentos importantes para a constituição desses processos, pois percebemos, através das diversas fontes pesquisadas, um discurso articulado a respeito da necessidade de formação dos professores e da criação de uma instituição onde esses pudessem ser devidamente preparados para o exercício do magistério.

Tal instituição, a Escola Normal de Ouro Preto, foi criada através do artigo 7º da Lei n. 13. Esta instituição teve uma gran-

de importância para a instrução elementar no século XIX, sendo considerada como o local de transmissão de um saber pedagógico que é construído na confluência de diversos discursos, como o jornalístico, o legal, os discursos encontrados em relatórios de Presidentes de Província e aqueles encontrados em documentos escritos por professores. Foi o espaço legitimado de produção e circulação de um saber pedagógico que tentava racionalizar e legitimar as práticas educativas escolares, tendo como papel principal formar os professores, por meio da transmissão de métodos de ensino. Esse espaço produziu aquilo que estamos chamando de um modelo de professor, e, ao mesmo tempo, a desqualificação dos mestres de primeiras letras que atuavam até então.

Parece-nos que foi nesse momento que se produziram discursos fundadores sobre a necessidade de formação dos professores, tomando-se a Escola Normal como o elemento aglutinador desses discursos. Veremos que a Escola Normal de Ouro Preto foi a principal estratégia e espaço de produção e de estabilização do discurso sobre a necessidade de formação dos professores.

O modelo de professor forjado pelos governantes da Província mineira deveria frequentar a Escola Normal, dominar os conhecimentos exigidos na Lei e os métodos de ensino, além de ter uma moral exemplar, de encarar a profissão como um sacerdócio e de ter uma sólida formação religiosa.

A Instrução Pública teve também um papel importante no processo de consolidação do Estado, aparecendo como uma das

estratégias fundamentais defendidas pelos governantes do País para a produção de um povo ordeiro e civilizado e, sobretudo, para a construção da nação brasileira.

Considerando-se que antes das décadas de 1830 e 1840, a preocupação com a instrução pública e com a formação dos professores era muito dispersa, dando-se ênfase a questões políticas, acreditamos que é nesse momento que se intensifica a preocupação com a educação. A necessidade de formação dos professores impõe-se, ao mesmo tempo que se produzem estratégias para a construção do modelo de professor, calcado no sacerdócio e na abnegação. A pesquisa procurou desvelar como esse discurso foi sendo produzido e quais as estratégias de circulação utilizadas para a sua estabilização.

Para a compreensão da produção e circulação dos discursos em relação à formação dos professores foram utilizados os conceitos de discurso fundador de Eni Orlandi (1993) como também os de representação e apropriação de Roger Chartier (1991), além do conceito de estratégia de Michel de Certeau (1994).

Segundo Orlandi, discurso fundador é o que instala as condições de formação de outros discursos, funcionando como referência. O que o caracteriza como fundador é que ele se apropria do passado, "cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. O sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra 'tradição' de sentidos que produz os outros sentidos". Os discursos fundadores "são enunciados que ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-

a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica" (Orlandi, 1993, p. 12).

O que interessa, sobretudo no discurso fundador é a sua historicidade. É importante pensar como os diferentes processos discursivos se relacionam e como atuam na perpetuação e cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, como tecem e homogeneizam a memória de uma época. No discurso fundador há uma indistinção entre imaginação, imaginário e realidade. Esse discurso se faz em uma relação de conflito com o processo de produção de sentido, aí produzindo uma ruptura, um deslocamento. Deve-se observar, portanto, que não se trata de pensar em criação de sentidos como se eles pudessem ter uma origem de ponto principal. De acordo com a análise do discurso, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo.

Para Orlandi, "embora discurso fundador possa corresponder a discursos que produzam rupturas localizadas e que sua função da atividade discursiva que é em si acontecimento, portanto capaz do novo, do deslocamento na filiação da memória" a autora prefere dar o nome de discurso fundador àquilo a que, em Foucault, é chamado de "instauração de discursividade". Os autores não são apenas autores de suas obras, também "produzem a possibilidade e a regra de formação de outros textos" (Orlandi, 1993, p. 24).

No caso desta pesquisa, consideramos que, fundamentados na produção do discurso em relação à organização da instrução, vão se produzindo outros discursos, como o da necessidade da formação do

professor, da criação de um modelo de professor e da incapacidade dos mestres.

A partir de então intensifica-se a necessidade de uma instituição que seja capaz de formar esse professor, tornando-o capaz e habilitado. A experiência que o mestre tinha em ensinar não mais é considerada como suficiente para o exercício do magistério. Nesse processo foi se produzindo a necessidade de uma outra formação e da necessidade da Escola Normal. Na medida em que a Escola Normal é criada, ela vai se produzindo como fundamental.

A Escola Normal de Ouro Preto funciona neste movimento como o elemento aglutinador, produtor de um discurso sobre modelo de professor que se queria formar, e terá como função unificar o discurso acerca da formação. Será através da Escola Normal que esse discurso se estabilizará, criando condições de possibilidade para sua reprodução ao longo do tempo. Nesse processo, a Escola Normal não será apenas uma agência de formação dos futuros professores, mas uma entidade portadora de um sentido para a profissão docente e para a própria formação.

O discurso da necessidade de civilizar a nação por meio da instrução e o entendimento de que o seu fracasso, naquele momento, estava vinculado à falta de professores com uma formação adequada, vai ser encontrado ainda nos relatórios de Presidentes de Província no final da segunda metade do século XIX. Isso reforça a nossa hipótese, pois esse discurso que se inicia mais ou menos no final da década de 1820 e ganha força nas décadas de 1830 e 1840, vai continuar criando um novo sentido para

a instrução e para a formação dos professores. Interessa saber por que esse discurso é tão eficaz que se impregna nas representações sobre a formação? Com quais forças ele atua que permitem a sua longevidade?

A Escola Normal é considerada fundamental para a consolidação da instrução pública. Assim sendo, o conceito de estratégia nos ajuda a compreender como a Escola Normal de Ouro Preto foi, aos poucos, se constituindo como um "Próprio" à medida que foi produzida como o espaço, o lugar legitimado de formação dos professores, preparando assim a expansão do discurso da formação.

Para a compreensão de como os discursos foram produzindo a necessidade da formação dos professores, nos atentamos aos processos de apropriação a que tais discursos foram submetidos, e à representação produzida sobre a escola e os professores.

O conceito de representação de Chartier nos ajudou à medida que permitiu designar e ligar três realidades. Primeiro, Chartier coloca as representações coletivas como sendo aquelas que incorporam, nos indivíduos, as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; depois, as formas de exibição do ser social ou do poder político, enfim as formas institucionalizadas e objetivadas tal como as revelam tanto os signos e performances simbólicas por meio da imagem e do rito, quanto as representações em um significante de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade.

de e estabilidade (Chartier 1991, p. 183).

Pensar as apropriações culturais permite também que não se considere totalmente eficazes e radicalmente aculturantes os textos ou palavras que pretendem moldar os pensamentos e condutas. As práticas de que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são, de forma alguma, redutíveis à vontade dos produtores dos discursos e das normas. O ato de leitura não pode, de maneira nenhuma, ser anulado no próprio texto, nem nos comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulá-los. A aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre por meio de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares (Chartier, 1990, p. 136).

Ao se trabalhar com as fontes selecionadas para a pesquisa é preciso reconhecer que elas não são expressão da "mais pura realidade", mas o que a elite mineira quis registrar sobre sua época. Isso não significa dizer que são mentiras ou deturpação do real, mas um determinado olhar sobre ela, olhar esse que é parte integrante e inseparável da realidade. Esses relatos são registros do que Le Goff chamou de documento-monumento: produto de uma sociedade e de suas relações de força. Eles se ligam a um poder de perpetuação e de imposição ao futuro - voluntária ou involuntária - de uma determinada imagem dessa sociedade¹.

As fontes utilizadas para realização dessa pesquisa foram: os exames de instrução pública feitos pelos professores, após freqüentarem a Escola Normal de Ouro Preto; a Legislação produzida no período es-

tudado, documentos produzidos por professores, o jornal *O Universal*, relatórios produzidos por Presidentes de Província; e um manual traduzido da língua francesa para a adoção na Escola Normal².

Os exames de Instrução Pública realizados pelos professores, após freqüentarem a Escola Normal de Ouro Preto, foram analisados nessa pesquisa a fim de contribuir para o entendimento de como ocorreu o processo de produção da profissão docente em Minas Gerais.

Até meados da década de 1830, os exames para o provimento das cadeiras de primeiras letras, na província mineira, eram realizados de forma pouco sistemática. Neste período o processo de contratação de professores era feito através da avaliação oral e escrita dos candidatos, na qual assumia centralidade a análise de seus conhecimentos sobre o sistema de ensino mútuo.

Em meados da década de 1830, através do estabelecimento da Lei n. 13 de 1835 e a criação da Escola Normal, regulamentam-se os exames para seleção de professores. O artigo 17 da referida lei passa a exigir que os "conhecimentos exigidos nesta lei se provarão por exames públicos, feitos com aprovação perante o governo ou delegados de ensino, a quem elle cometer".

Os critérios de seleção foram aos poucos se especificando. Se em 1835 a Lei n. 13 não determinava um método a ser seguido na Escola Normal e não se exigia o domínio de um método do professor, já em 1846, a Lei n. 311 de 8 de abril, adota o método simultâneo para a instrução elementar. Por meio do seu artigo n. 11, esta-

belece, ainda, que os professores que já atuavam no magistério e aqueles que desejavam concorrer a uma vaga de professor, para serem admitidos ao exame de que trata o artigo, deveriam freqüentar a Escola Normal por um período de dois meses. O exame constava de uma dissertação sobre aqueles métodos de ensino que eram seguidos na província mineira até aquele momento, e sobre aquele que era ensinado na Escola Normal, além da produção de um texto em língua portuguesa e a resolução de um problema de aritmética.

A produção de uma legislação própria permitiu dar origem a um novo sentido para a instrução, na medida em que buscava normatizar e regular a instituição escolar, bem como conferir identidade aos profissionais que nelas deveriam atuar. A legislação pode ser considerada como uma das estratégias que os dirigentes mineiros utilizaram para produzir a necessidade da formação do professor e para controlar quem poderia exercer a função.

No caso desta pesquisa, a análise da Lei n. 13 e das demais leis, nos permitiu compreender como foi se definindo uma especificidade para o que era ser professor, por meio do detalhamento de habilidades, de conhecimentos e de condutas que o professor deveria possuir. A lei definiu também a organização da instrução e estabeleceu a criação de uma instância de formação dos professores, tanto daqueles que já exerciam a profissão, como daqueles que se candidatavam ao cargo. Isso mostra como passou a existir um maior controle por parte do governo sobre o professor. Tal legislação será analisada no sentido de permitir

uma melhor compreensão dos processos de escolarização dos conhecimentos, da complexidade da ação docente e escolar, das habilidades e do perfil de professor que eram exigidos e das questões relacionadas ao gênero.

Já os ofícios analisados constituem-se de vários documentos encontrados nos códices do Arquivo Público Mineiro. Entre eles encontramos ofícios dirigidos aos Diretores de instrução pública, em sua maioria contendo pedidos de demissão, cujas justificativas se referiam às péssimas condições de trabalho e aos baixos salários recebidos pelos professores. Encontramos também reclamações devido à falta de verbas para o pagamento dos alugueis das casas onde funcionavam as escolas isoladas. Esses documentos serão analisados no sentido de compreender as representações que os professores tinham da instrução e qual a situação dela no período estudado.

Ainda entre esses documentos, encontramos algumas pastas contendo ofícios de professores primários enviados ao governo. Em uma delas há um documento no qual o professor Francisco de Assis Peregrino apresenta um relatório que foi escrito após sua viagem à França, para observar como era organizada a educação elementar naquele país.

Esse documento, intitulado pelo professor de *Memória*, trata-se de um manuscrito datado de 13 de abril de 1839, estando em bom estado de conservação. Consta de 33 folhas e é dividido em quatro partes: 1º arranjo material, 2º meios disciplinares, 3º distribuição dos tempos e dos trabalhos, e 4º medidas legislativas, e deve-

res do professor, juntamente com algumas observações gerais. No documento, o professor descreve de maneira bastante clara como deve ser uma aula, os materiais necessários, a organização dos espaços, os meios disciplinares e o tempo que o professor pode gastar com cada aluno, tanto no método individual como no simultâneo. Isso nos permitiu compreender qual método se propunha para a instrução elementar e que tipo de organização se pretendia, além de demonstrar os esforços que eram realizados pelos dirigentes mineiros na tentativa de organizar a instrução pública.

A *Memória* escrita pelo professor Peregrino em 1839, após ter assinado um contrato com a Província Mineira para observar na França o sistema de ensino lá adotado, pode ser considerada como uma peça a mais na produção da necessidade de formação dos professores, já que temos evidência de que esse documento foi bastante lido. No texto, o professor propõe-se a romper com um modelo de instrução que se caracterizava pela desorganização, pela utilização de um método de ensino considerado ineficaz e com a prática de professores incapazes e ignorantes. Era preciso, segundo os argumentos apresentados, estabelecer uma instrução calcada no que de mais moderno havia em educação.

O jornal *O Universal* foi um importante veiculador do que acontecia acerca da educação e da instrução pública, sendo editado durante 17 anos. O jornal, segundo os editores, deveria ser publicado às segundas, quartas e sextas-feiras. No entanto, durante a consulta a essa fonte, observamos que, às vezes, *O Universal* era publi-

cado durante todos os dias da semana. Neste jornal a educação aparece em suas páginas com enorme destaque, sendo considerada uma das principais estratégias para a "produção de um povo ordeiro, civilizado, e para a construção da nação brasileira". O jornal coloca em circulação notícias e informações sobre instrução pública na Província de Minas Gerais e em diversos países do mundo, tornando públicos os projetos de instrução pública, projetos esses que tinham por objetivo colocar o Brasil a par do que de mais moderno havia na educação.

A análise d'*O Universal* nos permitiu observar quais eram as representações sociais que circulavam em relação aos professores primários, a profissão docente, o tipo de discurso que era produzido acerca do papel do professor e que modelo de professor desejava-se construir.

Analisamos também, para o período estudado, os relatórios de transmissão de cargo apresentados pelos presidentes de Província quando o deixavam, e os relatórios apresentados por estas mesmas autoridades na abertura anual dos trabalhos da Assembléia provincial³.

Por meio desses relatórios foi possível analisar as representações acerca da importância que é dada à Instrução Pública, aos professores, à Escola Normal e à Profissão Docente. Os relatos realizados pelos Presidentes permitem compreender como se pensava a instrução em Minas Gerais; a importância que ela tinha para a nação; as dificuldades encontradas para a sua organização; críticas às várias mudanças na legislação, a fim de melhorar a instrução; os gas-

tos que a Província fazia com este ramo da administração pública e quais as medidas tomadas para a formação dos professores. Nestes relatórios poderemos, sobretudo, ver em que momento se intensifica o discurso sobre a incapacidade dos professores e como a falta de formação destes passa a ser um problema que deve ser combatido.

Outra de nossas fontes foi o Manual do Barão De Gérando "*Curso Normal para Professores de Primeiras letras ou Direções relativas a educação phisycá, moral e intellectual na escolas primárias*", utilizado pela Escola Normal de Ouro Preto. Traduzido no ano de 1839, tinha por objetivo divulgar o método de ensino mútuo e produzir um texto que os professores pudessem utilizar em sala de aula. Foi o primeiro manual com este objetivo e que foi traduzido, de que se tem notícias no Brasil. A análise deste Manual nos permitirá investigar o modelo de professor que se pretendia formar naquele momento.

A primeira metade do século XIX, em Minas Gerais, foi um momento de intensos debates sobre a organização da instrução pública e da formação dos professores. O período foi marcado pela produção de discursos, nos quais a necessidade de organização da instrução pública e da formação de professores era insistentemente pregada. Por meio de discursos como o jornalístico, o legislativo, aqueles produzidos por presidentes de Província, por professores e por tradução de manuais didáticos, foram construídas representações sobre quem deveria ser o professor primário e os conhecimentos que estes precisariam adquirir.

Esta pesquisa buscou identificar e

analisar que representações foram construídas acerca da profissão docente e a formação dos professores em Minas Gerais entre os anos de 1825 e 1852, por meio da produção e circulação destes discursos sobre a educação, a instrução pública e a formação de professores. O recorte temporal foi assim pensado, devido ao fato de que, no ano de 1825, com a publicação d'*O Universal*, percebe-se, em Minas Gerais, a produção de um debate mais intenso acerca da necessidade de escolarizar a população, e conseqüentemente, de organizar a instrução pública e de formar adequadamente os professores de primeiras letras. O ano de 1852 foi escolhido porque nesse momento a Escola Normal de Ouro Preto, criada em 1835, foi fechada por um espaço de 19 anos, sendo reaberta somente no ano de 1872.

Este artigo foi organizado em três momentos. No primeiro, foi analisado como foram produzidos os discursos sobre a necessidade de organizar a instrução pública e, a partir daí, a necessidade da formação dos professores. Procura-se evidenciar como o melhor aproveitamento do tempo e conseqüentemente, a adoção de métodos de ensino que permitiu esse objetivo foi ganhando centralidade nas discussões sobre a organização da instrução, e criada a necessidade de outra formação para os professores.

No segundo, foram analisadas as estratégias utilizadas pelos governantes mineiros para institucionalizar a formação dos professores e para produzirem o modelo de professor, que se pretendia para a instrução pública naquele momento. Salienta-se como, por meio da produção de

uma legislação específica e da utilização do Manual do Barão De Gérando, foram sendo produzidas representações sobre a profissão docente e sobre o perfil que deveria ter aquele que desejasse ingressar ou permanecer no magistério primário, na primeira metade do século XIX.

No terceiro momento foi analisado o papel da Escola Normal na construção deste modelo de professor e de que maneira ela se produziu como fundamental, criando sentido para o discurso da necessidade de formar o professor. Analisamos também como os exames instituídos para seleção de professores, para o preenchimento de cadeiras de primeiras letras, tinham o objetivo de demonstrar as competências adquiridas na Escola Normal e permitir, àqueles que fossem aprovados, o legítimo ingresso na carreira. Os exames podem ser considerados como uma pauta de preocupações em torno da qual os sujeitos deveriam ser formados e para qual deveriam construir sensibilidades específicas.

Considerações finais

Neste texto pudemos perceber que as representações da profissão docente em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, foram construídas ao mesmo tempo em que os dirigentes mineiros produziram a necessidade da organização da instrução pública primária, e, conseqüentemente, da formação dos professores.

A produção de um discurso acerca da necessidade de organizar a instrução e de formar os professores em Minas Gerais esteve atrelada a uma discussão que ocor-

ria em todo o Império, ou seja, tornar o Brasil um país moderno e civilizado. A educação foi considerada como uma das estratégias mais importantes para que tal objetivo fosse alcançado.

Na província mineira, a educação e a instrução da população foram amplamente discutidas e afirmadas como essenciais. Essas discussões circularam por toda a província através do Jornal *O Universal*. Esse periódico tinha a intenção de tornar públicos todos os esforços que vinham sendo realizados pelos dirigentes mineiros, para a organização de um sistema público de ensino. Por meio das publicações realizadas nesse jornal, foi possível acompanhar as discussões propostas pela Assembléia Legislativa Provincial, no sentido de promover melhoras na instrução e na formação dos professores. Eram também publicadas as leis criadas com o objetivo de propor um novo ordenamento para a instrução pública, bem como trechos de relatórios de Presidentes de Província que veiculavam representações sobre a instrução. *O Universal* tinha a clara intenção de mostrar que, somente através da organização da instrução pública, seria possível elevar o país para o nível das nações civilizadas.

Organizar a instrução em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XIX, era, segundo os dirigentes mineiros, romper com uma estrutura ineficaz, baseada em um método de ensino considerado ultrapassado e dispendioso - o método individual - e, sobretudo, formar devidamente os professores. Era preciso romper com um método que tinha características de uma educação doméstica, através da qual o professor ensina-

va individualmente aos alunos assim como as mães ensinavam a seus filhos.

A instrução pública assim organizada era considerada ineficaz uma vez que os alunos permaneciam na escola durante muitos anos e, entretanto, quando dela se desligavam liam e escreviam muito mal. As discussões sobre questões metodológicas foram o fio condutor dos debates nesse momento. Era preciso, segundo os dirigentes mineiros, que se investisse em um método de ensino eficaz e econômico e que, concomitante a isso, proporcionasse um melhor aproveitamento do tempo.

A partir desse momento ganha força a defesa do método mútuo. A sua adoção era defendida pela economia que proporcionava na medida em que um só professor seria capaz de ensinar até mil alunos com a ajuda de monitores, sendo preciso pagar apenas um salário. A estrutura e organização desse método permitia uma aprendizagem mais eficaz e rápida, além de resolver um sério problema apontado pelos governantes da província: a falta de professores habilitados e capazes de exercer o magistério.

Ao se produzir a necessidade de uma outra organização para a instrução primária, percebe-se também a produção do discurso da desqualificação dos professores que até então ensinavam. Estes foram considerados incapazes, desinteressados e despreparados. A falta de professores devidamente habilitados para atuarem no magistério passa a ser considerada a principal causa do fracasso em que se encontrava a instrução. Assim, a complexidade da organização da instrução pública primária

proposta pelo método mútuo traz à cena a discussão sobre um novo perfil de professor que devia ser formado.

A partir de então, nota-se que os dirigentes mineiros produzem a necessidade de uma outra formação para os professores. Além dos discursos que já circulavam n' *O Universal* sobre a incapacidade dos professores, é criada uma legislação própria a fim de ordenar e estabelecer critérios para a organização da instrução e para o ingresso e a permanência dos professores no magistério primário.

Nesse movimento de organização da instrução e de estruturação da formação dos professores foi sendo produzida a incompetência da família para educar seus filhos e, ao mesmo tempo, a escola foi promovida como o lugar privilegiado de transmissão de saberes e de costumes. Mais que isso, nesse momento, produz-se a necessidade de um novo professor como condição essencial para a organização da instrução. Aos critérios de ordem moral antes considerados como suficientes, foram acrescentados critérios que diziam respeito a determinadas habilidades que os professores deveriam adquirir.

Os professores que pretendessem exercer o magistério, tanto público quanto particular, deveriam adquirir os conhecimentos estabelecidos pela lei e dominar os métodos de ensino adotados na Província e, sobretudo, freqüentar a Escola Normal. Nesse sentido, a necessidade de uma instituição capaz de formar adequadamente os professores primários foi insistentemente defendida pela elite mineira. Era consenso entre os dirigentes mineiros que a formação

dos professores exigia melhores condições. A Escola Normal passa a ser considerada o espaço legitimado de produção e transmissão de um saber racionalizado que direcionaria as práticas educativas escolares.

A prática da Escola Normal era pautada no ensino dos conhecimentos especificados pela lei e dos métodos de ensino utilizados à época: o método individual, mútuo, simultâneo e o misto. Após a frequência de dois meses, os professores eram obrigados legalmente a dissertar sobre os métodos de ensino aprendidos e a realizar uma prova, na qual seriam avaliados quanto à escrita e à capacidade de resolução de problemas de aritmética.

Dessa forma, podemos afirmar que as discussões em torno da formação dos professores contribuíram com algo de fundamental na história da educação brasileira, ou seja, foi importante para a construção daquilo que estamos chamando de *discurso fundador* a respeito da instrução e, sobretudo, da profissão docente em nosso país. Nessas discussões e, por meio delas, produz-se e estabiliza-se um discurso sobre a (in)competência e desinteresse dos mestres, sobre a responsabilidade dos mesmos quanto ao fracasso da escola e, por fim, sobre o lugar e função formadora das escolas normais.

Ao mesmo tempo, foi no interior das Escolas Normais que se difundiram e irradiaram os conhecimentos relativos aos métodos de ensino capazes de ordenar o espaço escolar, bem como dos saberes a serem transmitidos no interior da escola. Apesar dos seguidos fechamentos e de todas as críticas que foram feitas em rela-

ção à eficácia da Escola Normal de Ouro Preto, não podemos negar que essa instituição teve uma grande importância na formação dos professores e pode ser considerada como uma das mais consistentes ações dos dirigentes mineiros para organizar a instrução pública elementar.

Na segunda metade do século XIX, ainda no período imperial, a Escola Normal foi reestruturada, assumindo centralidade a discussão quanto aos conhecimentos transmitidos por ela. Seu tempo de duração foi estendido para dois anos, ao longo dos quais o aluno deveria cursar um rol de disciplinas que fora ampliado tanto no que tange ao número delas, quanto à extensão de conhecimentos desenvolvidos em cada uma.

Esta instituição teve uma grande importância para a instrução elementar no século XIX, sendo considerada como o local de transmissão de um saber pedagógico que foi construído na confluência de diversos discursos. Foi o espaço legitimado de produção e circulação de um saber pedagógico que tentava racionalizar e legitimar as práticas educativas, tendo como papel principal a formação dos sujeitos que seriam autorizados a formar as novas gerações, por meio da transmissão de métodos de ensino. Esse espaço produziu aquilo que estamos chamando de modelo de professor e, ao mesmo tempo, desqualificou os mestres de primeiras letras.

Foi no interior das Escolas Normais que se difundiram e irradiaram os conhecimentos relativos aos métodos de ensino capazes de ordenar o espaço escolar, bem como os saberes a serem transmitidos no

interior da escola, organizados nas disciplinas escolares. Dessa forma, a historiografia da educação brasileira, ao contemplar o período oitocentista, indica que a Escola Normal tem aí papel fundamental de constituição de um *savoir-faire* característico do ofício docente. Isso não significa que os discursos e saberes veiculados no interior dessas instituições tenham sido produzidos pelos professores na sua ação pedagógica. Ao contrário, eram ressignificados no processo de apropriação pelo professorado, o que demanda a realização de outros estudos para a compreensão desta dimensão da profissão docente.

Notas:

¹ LE GOFF, Jacques. Documento – Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1: Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

² A documentação deste trabalho foi levantada principalmente no Arquivo Público Mineiro e na Emeroteca de Belo Horizonte. Alguns dados, porém, foram pesquisados no Arquivo de Ouro Preto, e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro também foi consultada.

³ Os Presidentes de Província permaneciam pouco tempo nos cargos. A província mineira teve em média mais de dois Presidentes por ano. Fato esse que fez com que fosse grande o número de relatórios produzidos entre os anos de 1828 e 1889.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, 11(5), p. 173-91, 1991.

MINAS GERAIS. Instrução Pública. SP. Relatórios de Presidente de Província. 1828- 1852. APM.

MINAS GERAIS. Instrução Pública. Lei nº13 de 28 de março de 1835. *Livro das Leis Mineiras*. A.P.M.

MINAS GERAIS. Instrução Pública. *Originais mais pareceres e atos relativos a exames de Instrução Pública* (1846-1850). SP:392.APM.

MINAS GERAIS. Instrução Pública. *Memória* (1839). SP. 236. APM.

ORLANDI, Eni P. *Discurso fundador*. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

UNIVERSAL, O. Ouro Preto, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842.